



GÊNERO, SEXUALIDADES E EUDCAÇÃO: PROBLEMATIZANDO OS MARCADORES DA DIFERENÇA NO CURRÍCULO

Romualdo da Silva Sales

Universidade Estadual da Paraíba; romualldosales@gmail.com

RESUMO

As identidades de gênero e sexualidades se configuram como construções sociais e culturais, implicadas linguística e politicamente por relações de poder, perpassadas por produções discursivas que fundamentam a elaboração de identidades e produzem a diferença. Neste sentido, a escola e, particularmente o currículo apresentam-se como importantes dispositivos na reprodução do que se estabelecem sobre gênero e sexualidades, estabelecendo os espaços legítimos e subalternos. Partindo desse pressuposto, objetivamos problematizar as inflexões de fatores constituintes da cultura no processo de construção da identidade e diferença, tendo como recorte gênero e sexualidades, voltando o nosso olhar para as sexualidades que escapam as dicotomias, fazendo um esforço para apreendermos os arranjos políticos que utilizam o currículo como ferramenta para fortalecimento das normas estabelecidas socialmente. A partir de provocações oriundas de participação em programas de extensão universitária relacionadas ao debate de gênero, sexualidades e raça, desenvolvido pela Universidade Estadual da Paraíba, vinculado ao departamento de Serviço Social da instituição, elaboramos uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, de natureza exploratória vislumbrando compreender as relações entre currículo e normalização do gênero e sexualidades, reverberando a produção da identidade e abjeção. Assim, utilizamos alguns textos de autores que se debruçam sobre o tema, artigos publicados em periódicos que dialogam com os estudos culturais no sentido de problematização das construções identitárias anteriormente citadas. Evidenciamos que o currículo enquanto construção social encontra-se implicado diretamente no fortalecimento das identidades hegemônicas e na produção da diferença, portanto, o mesmo deve ser compreendido com político, sendo utilizado como ferramenta potente na produção da identidade e diferença.

Palavras- Chave: Gênero, sexualidades, identidade, diferença, currículo.



INTRODUÇÃO

A identidade e diferença configuram-se como construções sociais e culturais, implicadas política e linguisticamente pelas relações de poder, sendo a produção discursiva estratégica no estabelecimento dos espaços legítimos e subalternos. Neste sentido, as identidades de gêneros e sexualidades são dispositivos potentes de controle dos corpos e subjetividades. Estas baseadas na estruturação de polos fixos e assimétricos, sendo as identidades associadas ao polo superior, do qual, tudo que o foge ao mesmo a diferença, assumindo caráter subalterno, abjeto. Essa concepção binária, parte desde as contribuições da filosofia platônica, que estabeleceu uma cisão entre aparência e essência, fornecendo base para que outras estruturas dicotômicas fossem estabelecidas. Partindo desse pressuposto, a ciência moderna vai se afirmar como o caminho central para a produção legítima do conhecimento, subalternizando outras formas de produção e ressignificação do mesmo; como também uma separação que nos parece relevante, a divisão do mundo em dimensões naturais e culturais, consolidando a formação de assimetrias.

Os polos estabelecidos por Platão vão ganhando novas configurações ao longo da história. Gostaríamos de chamar atenção para a assimetria entre os polos formados pela natureza e a cultura. O último vincula-se a racionalidade, representada pelo homem branco e heterossexual, entendendo que o este teria as condições para intervir sobre a natureza, transformando-a. As mulheres, homens negros, homossexuais, entre outros estariam vinculados ao polo inferior, à natureza, à noite, ao escuro, aquilo que só a intervenção do homem, utilizando-se da sua racionalidade poderia transformar. Ou seja, a natureza existe, mas apenas ganha significado a partir da intervenção do homem, que é o detentor da capacidade racional de transformação e consolidação das relações estabelecidas entre os polos.

No que se refere à construção de identidade e diferença, Silva (2009), afirma que ao construirmos uma afirmação que estabeleça quem somos, estamos negando outras construções identitárias, portanto, estamos afirmando que o outro é diferente. Em outras palavras, ao afirmarmos uma identidade estamos produzindo a diferença. Nessa perspectiva, identidade e diferença estão intimamente vinculadas, mesmo separadas. Uma é constituinte da outra, sendo referência nas construções culturais estabelecidas, entre as quais, as relações de poder se configuram como centrais nesse processo.



No que toca às sexualidades a norma predominante coloca no polo superior a heterossexualidade, sendo tudo o que difere dela o estranho, aquilo que precisa ser ajustado, colocado dentro dos padrões, ou pelo menos silenciado para não colocar em xeque a hegemonia heterossexual. Os segmentos subalternos relacionados, nesse caso aos negros, gays, lésbicas, travestis, entre outros, são figuras abjetas e devem ser toleradas, sob o discurso do respeito à diversidade, entendendo que assim todos podem viver harmoniosamente, desde que separados nos espaços que podem ocupar, evitando o diálogo efetivo entre os sujeitos, como se fosse possível interagir sem produzir afetações individuais ou coletivas.

Entretanto, a educação é incorporada nesse processo de produção da norma e reverberações de valores morais estabelecidos social e culturalmente. Como espaço de produção e ressignificação do conhecimento, a educação foi historicamente utilizada como ferramenta potente na produção de corpos e subjetividades normalizadas, ou seja, de acordo com os padrões estabelecidos. Nesse sentido, as abordagens em sala de aula não avançam no que tangê à problematização da diferença, mas contribui efetivamente para a consolidação das normas produzidas pelos padrões. Assim, podemos conceber que existe violência contra aqueles e aquelas que não fortalecem o instituído; Os sujeitos que não seguem as normas, muitas vezes sofrem violência física, verbal ou psicológica por parte dos colegas e podem, também, ser penalizados/as pelas organizações pedagógicas e curriculares, o que se aproxima de uma violência ao reduzir às questões relacionadas à diferença apenas como respeito à diversidade.

Mediante o exposto, entendemos que esse tema encontra dificuldades em ser trabalho por professores e demais profissionais da educação, pois o próprio sistema pedagógico e a organização do currículo, em geral, não contemplam o debate de forma efetiva, caindo nas armadilhas do respeito e da tolerância apontadas pelos discursos da diversidade. Concebemos, assim, ser de extrema relevância problematizar os espaços considerados subalternos e, especificamente procurar sair da zona de conforto e compreender a nossa própria localização dentro dessa lógica binária, que contribui significativamente para a heteronormatividade e não menos para as mais diversas práticas de violência sofridas por aqueles e aquelas que “subvertem” as normas, especialmente aqueles que deslocam o gênero. Destarte, objetivamos problematizar as construções das identidades de gênero e sexualidades no que toca as implicações políticas e linguísticas no currículo, cartografando como o mesmo é utilizado como dispositivo na construção das identidades e produção da abjeção.

METODOLOGIA

As inquietações que deram origem a esta pesquisa partiram de uma experiência num projeto de extensão universitária que trabalha o debate sobre as identidades de gênero, sexualidades, raça, violência contra mulheres e segmentos LGBTTs, desenvolvido pela Universidade Estadual da Paraíba. A partir das provocações, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza exploratória, entre os meses de janeiro de 2015 a março de 2016, utilizando periódicos online reconhecidos pela Capes e outros materiais que julgamos relevantes para este debate, tentando apreender como as abordagens de gênero e sexualidades nas escolas, particularmente no currículo. Entendemos currículo com um dispositivo político, perpassando por inflexões do campo linguístico, utilizado como ferramenta relevante no processo de construção da identidade e produção da abjeção.

ESOLA E CURRÍCULO: DISPOSITIVOS POTENTES NA PRODUÇÃO DA NORMA.

A escola foi historicamente utilizada como estratégia potente na produção de corpos e subjetividades, reverberando práticas e discursos construídos culturalmente e na teia das relações sociais, tendo como objetivo produzir sujeitos passivos em relação às normas estabelecidas, reforçando-as e silenciando aqueles considerados subversivos. Nesse sentido, Foucault (1984) afirma que desde o final do século XVIII já havia uma preocupação em produzir corpos e subjetividades no ambiente escolar. Posteriormente, a sexualidade entra em discurso, porém o mesmo autor adverte que a sexualidade em foco tem uma finalidade específica: produzir verdades sobre o tema e, conseqüentemente, legitimar essas verdades através da instituição de normas.

Na particularidade brasileira, o discurso sobre gênero e sexualidades tem expressividade no final da década de 1920, ganhando revelo na década posterior, tendo médicos e professores como as categorias que mais ganham destaque nesse debate. Entretanto, a discussão tinha fortes vínculos moralistas e não avançava do ponto de vista da problematização dos espaços e sujeitos envolvidos de forma efetiva. Isso contribuiu de forma direta para o estabelecimento de normas sobre o gênero e as sexualidades, vigiando-os os espaços e sujeitos envolvidos. Dessa forma, a escola foi utilizada como modo de disseminar as verdades sobre os corpos, os sexos e as maneiras como os sujeitos deveriam vivenciar os seus desejos.

Os currículos aprontavam para uma concepção higienista e moralista, como o Currículo da Educação Sexual, lançado em 1933, analisado por Assis César (2009). Esse currículo foi



considerado um marco na produção de discursos sobre o gênero e sexualidades nas escolas, mas, como pudemos evidenciar, ele veio como uma estratégia de dominação, trazendo afirmações sobre como os sujeitos devem lidar com seus corpos, suas sexualidade, produzindo um discurso oficial, que deveria predominar nas relações sexuais e afetivas, entendendo que assim os corpos e as subjetividades estão sob o controle das instituições e do próprio Estado.

No que toca o debate sobre a formação de identidade e diferença, especificamente no campo no gênero e sexualidades, as escolas e os currículos não problematizam as relações de poder, caindo na armadilha de trazer a diversidade como forma de minimizar os conflitos, reproduzindo a norma e relegando a diferença aos espaços subalternos, devendo ser no máximo tolerada, fazendo esforços para silenciá-la e, assim, garantir o bom funcionamento do ambiente escolar. Nesse sentido, faz-se necessário desenvolver questionamentos sobre quais tipos de abordagem educacionais estão sendo desenvolvidas, se o direcionamento aponta para uma educação para a diversidade ou para a diferença, entendendo as inflexões dos padrões e valores morais nesse processo. Assim:

Padrões morais costumam ser a via de entrada de normas e convenções na experiência educacional. Distinguir entre concepções de educar voltadas para a diversidade ou para a diferença pode ser um meio profícuo de evitar que o aprendizado redunde da manutenção da diferença como algo a ser tolerado. (MISKOLCI, 2012, p. 44)

Nesse contexto faz-se necessário apreender como os valores morais, traduzidos em normas são produzidos ou questionados no ambiente escolar, entendendo que as questões da diferença não devem ser concebidas apenas como algo que merece ser tolerado, mantendo o debate redito ao discurso da diversidade que fecha os espaços para problematização das relações de poder e produz violências contra aqueles e aquelas que não reforçam as normas instituídas e, portanto, são considerados abjetos.

Em consonância com Miskolci (2012), concebemos que o abjeto encontra-se vinculado ao sentimento de horror ou repulsa como se fosse impuro e seu contato fosse temido. Nesse sentido, o mesmo autor argumenta que as injúrias ou xingamento estão estreitamente ligados às abjeções. O fato de utilizar xingamentos como “baitola”, “sapatão”, “saboeira”, entre outros, não se trata apenas de nomeação dos sujeitos, mas de uma classificação cruel e reforçadora dos estigmas sociais. Essas classificações são marcas que delimitam os espaços para serem ocupados, ou seja, o gay dentro de um discurso voltado para a diversidade deve ser apenas tolerado.

No campo das políticas públicas, entre elas as políticas voltadas para a educação, Quartiero & Nardi (2011) apontam que o tratamento da diversidade no Brasil defende a inclusão do diferente,



aquele que possui algo que os normais não têm. Nessa perspectiva, evidencia-se a tentativa de aproximar o diferente da norma, utilizando o discurso da diversidade e mantendo a lógica hegemônica sem provocar questionamentos ou deslocamentos dos padrões instituídos.

Na educação, a inclusão pelo crivo da diversidade é fortalecida sem descolamentos de olhares para as relações de poder, produzindo corpos, sexos e formas de viver os desejos e moldando as subjetividades na perspectiva de fortalecer a norma. No caso das sexualidades, esses espaços são perpassados por tecnologias que agenciam os corpos e subjetividades desejáveis, ou seja, a escola, especificamente o currículo se configura como organização da produção e ressignificação dos saberes, e produz verdades sobre os sujeitos nos seus espaços mais íntimos.

A escola reproduz discursos considerados verdades, tendo como plano de fundo epistemologias dominantes que ganham legitimidade em nome da ciência oficial, que se relaciona diretamente ao exercício de poder. Nesse sentido, são produzidas pedagogias normativas que adotam abordagem no campo da saúde e da biologia para falar das sexualidades e justificar a norma, consolidando os padrões produzidos e arraigados culturalmente.

Utilizando-se de discursos normativos, a escola agencia subjetividades influenciando nas formas como as pessoas se relacionam e vivem seus desejos e práticas sexuais, fortalecendo dispositivos como a heteronormatividade. Esse dispositivo se configura como um modelo produzido socialmente, que regula a forma como as pessoas se relacionam. Ou seja, ele molda os padrões aceitáveis, os modos de ser homem ou ser mulher, como se apenas o binário conseguisse dar conta das formas como as pessoas vivem suas sexualidades. Nessa perspectiva, “A heteronormatividade é a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo” (MISKOLCI, 2012, p. 43).

Segundo o mesmo autor, a heteronormatividade se impõe por meio de violências simbólicas ou físicas dirigidas especialmente a quem rompe as normas de gênero, pois a sociedade em alguns contextos consegue aceitar o fato de pessoas se relacionarem com outras do mesmo sexo, no entanto, não aceitam pessoas que deslocam o gênero, ou seja, o garoto afeminado e as garotas que não reproduzem a doçura associada ao feminino. A escola reproduz os padrões fortalecendo os estereótipos e violências, pois ainda não concebe seu envolvimento nas relações de poder, sendo dispositivo potente para problematizar como o poder se espraia, entendendo que a identidade e a diferença são produzidas social e culturalmente, portanto, podem ser desconstruídas e, dessa forma,



lançar um olhar crítico sobre o processo de ensino-aprendizagem, questionando para onde apontam as práticas educativas e a quem elas interessam.

No que toca às violências simbólicas e físicas, no espaço escolar essas violências são sofridas pelos sujeitos que não reproduzem as normas instituídas no que tange as identidades e gênero e sexualidades, especificamente aqueles que pressionam para o deslocamento do gênero, tendo como plano de fundo os comportamentos adotados e, muitas vezes, esses sujeitos são culpabilizados por não seguirem a norma. Os discursos heteronormativos ganham destaque, fortalecendo as abjeções. As formas de ser homem ou mulher entra em cena e o binarismo dá o tom do debate; frases como “se você fosse homem não iriam perturbar você” são frequentes na justificativa das violências sofridas. Ou seja, você pode ser homossexual, desde que não demonstre, tente ser discreto e, assim, você não sofrerá nenhuma violência. Porém, o fato de utilizar estes argumentos já se configura como uma violência. A vítima passa a ser culpada e os estereótipos continuam sendo construídos e reforçados dentro dos ambientes que deveriam problematizar as formas de socialização para além dos muros das residências.

IDENTIDADE E DIFERENÇA: CONFIGURAÇÕES NO CURRÍCULO

A discussão no campo do gênero e sexualidades vem ganhando relevância nas produções acadêmicas na contemporaneidade, problematizando a produção da identidade e diferença, enquanto construções sociais e culturais. Assim, os marcadores sociais da diferença se configuram como construções culturais implicadas linguisticamente e politicamente por relações de poder, sendo permeadas por produções discursivas que fundamentam a elaboração de identidades e produzem a diferença. Neste sentido, a partir das contribuições de Silva (2009), a identidade e a diferença são construídas e reproduzidas social e culturalmente, mantendo uma interdependência, porém apresentando particularidades, sendo uma delas as relações de hierarquias, a partir da qual a identidade é legitimada e a diferença subalternizada.

Partindo desse pressuposto, as identidades de gênero e sexuais são pontos de convergências relevantes para pensarmos como as mesmas são utilizadas como dispositivos normativos, estabelecendo os corpos e subjetividades legítimos e abjetos. Para percebermos esse processo, faz-se necessário compreendermos como as identidades são construídas e reverberadas. Assim, é preciso um esforço para perceber que as identidades são múltiplas, podendo ser até contraditórias, portanto não existem condições objetivas nos espaços polarizados, fixos e binários que respondam

efetivamente as demandas das construções identitárias, enquanto fluído, multáveis, mas reproduzem um ciclo fechado.

Neste sentido, o gênero e mais particularmente a identidade sexual, enquanto construções sociais, discursivas e políticas precisam de dispositivos realizar seus processos de reprodução, sendo assim, a escola foi e é utilizada como potente instrumento de reprodução das identidades brancas, heterossexual. Particularmente o currículo enquanto construção social reverbera práticas discursivas de tentam engendrar através do apelo ao multiculturalismo¹, sob a ótica da convivência pacífica, celebra o respeito e tolerância com a diversidade e a diferença. Porém o que nos chama atenção é o caráter passivo no que tange a problematização e teorização sobre a construção das identidades e diferença, como processo socialmente produzido, nomeado e silenciado em nome de uma lógica hegemônica, que tenta relegar a diferença a eventos pontuais, fechando os olhos para a violência física e simbólica contra segmentos considerados subalternos, como a violência contra os segmentos LGBTTs. Vítimas são culpabilizadas por não seguir aquilo que socialmente foi produzido sobre seus corpos, identidades de gênero e identidades sexuais, muitas vezes recorrendo aos argumentos biologiscistas, como se os mesmos fossem independente da cultura.

A partir das contribuições de Silva (2011), evidenciamos que os o multiculturalismo nos faz lembrar que a igualdade não pode ser alcançada pelo simples acesso a um currículo hegemônico por segmentos que antes não conseguiam, mas para a problematização da construção curricular se configuram como estratégia para questionamentos e resistência as normas construídas social e culturalmente; entendo que o próprio discurso de luta por igualdade contém fatores que supõe a diferença. Neste sentido, a construção de um currículo que reflita as formas como a diferença é produzida por relações sociais assimétricas pode fornecer elementos importantes processo de subversão das normas construídas reverberadas.

Entendendo o currículo como construção, processo, que vai além da aplicação e organização de conteúdos em componentes, faz-se necessário problematizar com o mesmo foi produzido, cartografando os arranjos que o compõe e dão suporte. Assim, é preciso perceber os elementos ocultos, porém presente e fortemente reproduzido. Neste sentido, as questões de gênero,

¹. Em termos curriculares, o multiculturalismo, nessa versão, pretende substituir o estudo das obras consideradas como de excelência da produção intelectual ocidental pelas obras consideradas intelectualmente inferiores produzidas por representantes das chamadas 'minorias' – negros, mulheres, homossexuais. São os próprios valores da civilização ocidental, por outro lado, que estão em risco quando o estilo de vida dos homossexuais, por exemplo, se torna matéria curricular (SILVA, 2011, p. 89)



sexualidades e raça, precisam ser pensadas como marcadores que foram e são utilizado para subordinar, segregar e produzir abjeções. Logo, questionar quem foram e são considerados legítimos pelos discursos oficiais em matéria de currículo e com os demais são retratados. Este exercício de procurar entender esta construção rebate na formação da identidade e diferença e os discursos produzidos sobre as mesmas, utilizados como forma de controle, mas também resistência.

CONSIDERAÇÕES FINIAIS

A partir das reflexões e provocações apresentadas pelos autores, evidenciamos que o currículo enquanto construção social, implicado linguística e politicamente pelas relações de poder, se configura como um dispositivo eficiente no que tange a reverberação de normas construídas e arraigadas social e culturalmente. Nesse sentido, podemos evidenciar que no terreno das identidades de gênero e sexualidades o mesmo reproduz e resignifica discurso que fortalecem a identidades e relega a diferença aos espaços ilegítimos.

Através do discurso produzido sobre a diferença a mesma ganha ênfase, em detrimento da identidade, que é naturalizada ao ponto de nem ser questionado enquanto construção social, portanto, passível de contestação e desconstrução. A identidade não é questionada, mas a diferença deve mostrar suas especificidades, colocada em evidência como algo curioso, que precisa ser conhecido e controlado. No que toca as identidades sexuais, a heterossexualidade é naturalizada, o ponto superior e a homossexualidade a divergência da norma, mas é preciso fugir dessas dicotomias e problematizar as identidades que escapam, que subvertem, que mesmo silenciada possui capacidade de resistência e produz estratégias para que a resistência seja o tom dos movimentos de contestação e problematização dos espaços sociais e culturais, incluído a contestação até do que se definiu como espaços.

O currículo pode servir como forma de controle dos corpos, gêneros e sexualidades, porém também pode ser utilizado como forma de subversão da ordem, como estratégia de resistência, mas é preciso deslocar o olhar para o que se constitui enquanto currículo em detrimento do como aplicar o mesmo. Um currículo que conteste o multiculturalismo enquanto movimento de tolerância para com a diversidade e diferença e aposte numa construção fluída, que se movimenta e busca problematizar as construções que o constitui, tendo na diferença ponto de inflexão para superar as dicotomias, masculino, feminino, homossexual, heterossexual. Certamente um currículo nesta



perspectiva fornecerá fundamentos para uma educação mais crítica e questionadora, capaz de formar sujeitos mais atuantes frente à realidade social.

REFERÊNCIAS

- ASSIS CESAR, Maria R. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “epistemologia”. *Educar*, Curitiba, n. 35, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602009000300004&script=sci_arttext>. Acessado em: 14 Jun. 2015.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- MISKOLCI, R. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- QUARTEIRO, E. T.; NARDI, H. C. A Diversidade Sexual na Escola. Produção de subjetividade e políticas públicas. *Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.unifor.br/images/pdfs/subjetividade/2011.2_artigo9.pdf>. Acesso em: 15 de set. 2015
- SILVA, Tomaz T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- SILVA, Tomaz T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.



II CINTEDI
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

16 a 18
NOVEMBRO
2016

LOCAL DO EVENTO
CENTRO DE CONVENÇÕES
RAYMUNDO ASFORA
GARDEN HOTEL
CAMPINA GRANDE-PB



